

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO
"MOVIMENTO DE AÇÃO RURAL DO BAIRRO DO PANTALEÃO -
MARP"

ARTIGO 1º- DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E DURAÇÃO

Sob a denominação de "**MOVIMENTO DE AÇÃO RURAL DO BAIRRO DO PANTALEÃO - MARP**", neste estatuto designada, simplesmente, como Associação ou pela sigla "**MARP**", fundada em 15 de julho de 1.969, com sede e foro neste município de Amparo-SP, na Estrada do Pantaleão, Bairro do Pantaleão, CEP 13.903-050, é uma associação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins lucrativos ou econômicos, de caráter beneficente e assistencial, sem cunho político ou partidário, com finalidade e objetivo substancial de promoção e valorização do homem, de sua família e comunidade, atendendo seus usuários independentemente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa.

ARTIGO 2º - SÃO PRERROGATIVAS DA ASSOCIAÇÃO:

No desenvolvimento de suas atividades, a Associação observará os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, com as seguintes prerrogativas:

- I) Promoção da assistência social, através de serviços de proteção social básica, incentivando a convivência e fortalecimento de vínculos, promovendo a valorização do homem, de sua família e da comunidade, visando a prevenção de incidência de riscos sociais e pessoais, observando a legislação da assistência social e atendendo seus usuários em consonância com o princípio da universalidade do atendimento.
- II) Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- III) Serviços de proteção social básica, de convivência e fortalecimento de vínculos de forma continuada, permanente e planejada, por meio de programas e projetos a partir da criação de situações desafiadoras, de acessos às experiências de manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer;
- IV) Desenvolvimento da sociabilidade, promovendo a cidadania e desenvolvimento integral dos usuários, complementando o trabalho social com a família, através de mecanismos e ações que sejam capazes de informar, instruir e apoiar as famílias no desempenho de suas funções educativas, de cuidados e integração.

REGISTRO CIVIL DE PESSOA
JURÍDICA - Amparo/SP
José Osvaldo de Melo - Oficial
José Carlos de Melo - Substituto



Parágrafo Primeiro – A associação possui natureza, objetivos e público alvo compatíveis com a Lei nº.8.742/93, com o Decreto nº.6.308/07, com a Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela Resolução 145/04 do Conselho Nacional de Assistência Social.

Parágrafo Segundo – Poderão ser utilizados todos os meios adequados e permitidos na lei para consecução de suas finalidades, podendo, inclusive, desenvolver outras atividades acessórias voltadas ao desenvolvimento dos objetivos institucionais por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ações, celebração de convênios, contratos ou outros instrumentos jurídicos, prestação de serviços de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins. A Associação, para realização e consecução de suas finalidades, poderá firmar acordos de cooperação com outras entidades oficiais, autarquias ou particulares, fornecer e receber assistência técnica ou de qualquer outra natureza.

ARTIGO 3º - DOS COMPROMISSOS DA ASSOCIAÇÃO

A Associação se dedicará às suas atividades adotando práticas de gestão administrativa, suficientes a coibir a obtenção, de forma individual, de benefícios ou vantagens, lícitas ou ilícitas, de qualquer forma, e suas rendas serão integralmente aplicadas em território nacional, na consecução e no desenvolvimento de seus objetivos sociais.

ARTIGO 4º – DA ASSEMBLÉIA GERAL

A Assembléia Geral Deliberativa é o órgão máximo e soberano da Associação, incumbido de resolver as questões concernentes à vida associativa e às suas finalidades, em caráter ordinário e extraordinário, de acordo com o Estatuto, e será constituída pelos seus associados com direito a voto, em pleno gozo de seus direitos. Reunir-se-á ordinariamente a cada ano, até o dia 30 (trinta) de março, para deliberar sobre o relatório de contas da Diretoria e tomar conhecimento das ações da Diretoria, e a cada três (03) anos, no mês de março, para eleição e posse dos membros da Diretoria e Conselho Fiscal e aprovação dos membros indicados para compor o Conselho Consultivo, e extraordinariamente, quando devidamente convocada. Constituirá em primeira convocação com a maioria absoluta dos associados e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número, deliberando pela maioria simples dos votos dos presentes, salvo nos casos previsto neste estatuto, tendo as seguintes prerrogativas:

- I. Fiscalizar os membros da Associação, na consecução de seus objetivos;
- II. Eleger, dar posse e destituir os membros da Diretoria e Conselho Fiscal;

- III. Aprovar os membros indicados pelo Presidente da Diretoria, para composição do Conselho Consultivo;
- IV. Deliberar sobre a previsão orçamentária;
- V. Aprovar as contas anuais da Associação, apresentados pela Diretoria Executiva, após parecer do Conselho Fiscal;
- VI. Alterar, no todo ou em parte, o presente estatuto social;
- VII. Deliberar quanto à dissolução da Associação, inclusive no que concerne à destinação do patrimônio social;
- VIII. Autorizar a compra, venda, doação e alienação de bens imóveis e a constituição de direitos reais sobre eles;
- IX. Autorizar o levantamento de empréstimos, para consecução dos fins sociais, quando superiores ao valor de 100 (cem) salários mínimos;
- X. Decidir, em última instância, recursos sobre a exclusão de associados;
- XI. Decidir, em última instância, sobre todo e qualquer assunto de interesse social, bem como sobre os casos omissos no presente estatuto.

Parágrafo Primeiro - As assembleias gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias, e serão convocadas, pelo Presidente da Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho Consultivo ou por 1/5 dos associados, mediante edital publicado em órgão da imprensa local, ou congênere, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, no mínimo, e afixado na sede da Associação, onde constará: local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda chamada, ordem do dia, e o nome de quem a convocou.

Parágrafo Segundo - Quando a assembleia geral for convocada pelos associados, deverá o Presidente convocá-la no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data entrega do requerimento, que deverá ser encaminhado ao Presidente através de notificação. Se o Presidente não convocar a assembleia, aqueles que deliberam por sua realização, farão a convocação.

ARTIGO 5º - DOS ASSOCIADOS

Os associados serão divididos nas seguintes categorias:

- I. **Associados Fundadores:** os que ajudaram na fundação da Associação, participando das reuniões preparatórias e que assinaram a Ata de Fundação.
- II. **Associados Beneméritos:** os que contribuem com a prestação de serviços relevantes à associação, a juízo da Diretoria, devidamente aprovada em reunião ordinária ou extraordinária;
- III. **Associados Contribuintes:** as pessoas físicas ou jurídicas que contribuem financeiramente para a manutenção dos serviços da entidade, a juízo da Diretoria, devidamente aprovada em reunião ordinária ou extraordinária;
- IV. **Associados Colaboradores:** os que contribuem de qualquer forma com a associação, na consecução de suas finalidades, e que se identifiquem com as atividades e objetivos sociais, a juízo da Diretoria, devidamente aprovada em reunião ordinária ou extraordinária.

REGISTRO CIVIL DE PESSOA
JURÍDICA - Amparo/SP
José Osvaldo de Melo - Oficial
José Carlos de Melo - Substituto



[Handwritten signature]

ARTIGO 6º - DA ADMISSÃO DO ASSOCIADO

Poderão filiar-se somente pessoas maiores de 18 (dezoito) anos, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa e, para seu ingresso, o interessado deverá preencher ficha de inscrição na secretaria da associação, que a submeterá à Diretoria Executiva para aprovação, em reunião ordinária ou extraordinária e, uma vez aprovada, terá seu nome, imediatamente, lançado no Livro de Associados, com indicação de seu número de matrícula e categoria à qual pertence, devendo o interessado:

- I. Apresentar a cédula de identidade ou qualquer outro documento de identificação válido no território nacional.
- II. Concordar com o presente estatuto e os princípios nele definidos;
- III. Ter idoneidade moral e reputação ilibada;
- IV. Caso seja "associado contribuinte", assumir o compromisso de honrar pontualmente com as contribuições associativas.

ARTIGO 7º - SÃO DEVERES DOS ASSOCIADOS

- I. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;
- II. Respeitar e cumprir as decisões da Assembléia Geral;
- III. Zelar pelo bom nome da Associação;
- IV. Defender o patrimônio e os interesses da Associação;
- V. Cumprir e fazer cumprir o regimento interno;
- VI. Comparecer por ocasião das eleições;
- VII. Votar por ocasião das eleições;
- VIII. Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembléia Geral tome providências.

ARTIGO 8º - SÃO DIREITOS DOS ASSOCIADOS

São direitos dos associados quites com suas obrigações sociais:

- I. Votar nas Assembléias Gerais;
- II. Candidatar-se e ser votado para qualquer cargo da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, na forma prevista neste estatuto, desde que integrantes do quadro associativo;
- III. Usufruir os benefícios oferecidos pela Associação, na forma prevista neste estatuto;
- IV. Recorrer à Assembléia Geral contra qualquer ato da Diretoria ou do Conselho Fiscal;

REGISTRO CIVIL DE PESSOA
JURÍDICA - Amparo/SP
José Osvaldo de Melo - Oficial
José Carlos de Melo - Substituto



ARTIGO 9º – DA DEMISSÃO DO ASSOCIADO

É direito do associado demitir-se do quadro social, quando julgar necessário, protocolando seu pedido junto à Secretaria da Associação, desde que não esteja em débito com suas obrigações associativas.

ARTIGO 10 – DA EXCLUSÃO DO ASSOCIADO

A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que fique assegurado o direito da ampla defesa, na ocorrência de:

- I. Violação do estatuto social;
- II. Difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados;
- III. Atividades contrárias às decisões das assembléias gerais;
- IV. Desvio dos bons costumes;
- V. Conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;
- VI. Faltade pagamento, por parte dos “associados contribuintes”, de três parcelas consecutivas das contribuições associativas.

Parágrafo Primeiro – Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, através de notificação extrajudicial, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação;

Parágrafo Segundo – Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria Executiva, por maioria simples de votos dos diretores presentes;

Parágrafo Terceiro – Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembléia Geral, o qual deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de sua exclusão, através de notificação extrajudicial, manifestar a intenção de ver a decisão da Diretoria Executiva ser objeto de deliberação, em última instância, por parte da Assembléia Geral;

Parágrafo Quarto – Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for;

Parágrafo Quinto – O associado excluído por falta de pagamento, poderá ser readmitido, mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria da Associação.

REGISTRO CIVIL DE PESSOA
JURÍDICA - Amparo/SP
José Osvaldo de Melo - Oficial
José Carlos de Melo - Substituto



ARTIGO 11 – DA APLICAÇÃO DAS PENAS

As penas serão aplicadas pela Diretoria Executiva e poderão constituir-se em:

- I. Advertência por escrito;
- II. Suspensão de 30 (trinta) dias até 01 (um) ano;
- III. Eliminação do quadro social.

ARTIGO 12 - DOS ORGÃOS ADMINISTRATIVOS

São órgãos administrativos da Associação:

- I) Diretoria Executiva.
- II) Conselho Fiscal.
- III) Conselho Consultivo.

Parágrafo único - Os componentes da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo não perceberão remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelo Estatuto.

ARTIGO 13 - DA DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva da Associação será constituída por 07 (sete) membros, com mandato de 3 (três) anos, os quais ocuparão os cargos de: Presidente, Vice Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros e Diretor de Eventos. A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada quatro (04) meses, e extraordinariamente, sempre que necessário, quando convocada pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

ARTIGO 14 - COMPETE À DIRETORIA EXECUTIVA, em conjunto

- I. Dirigir a Associação, de acordo com o presente estatuto, e administrar o patrimônio social.
- II. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as decisões da Assembléia Geral;
- III. Promover e incentivar a criação de comissões, com a função de desenvolver atividades culturais e eventos em geral;
- IV. Representar e defender os interesses de seus associados;
- V. Admitir pedido inscrição de associados;

REGISTRO CIVIL DE PESSOA
JURÍDICA - Amparo/SP
José Osvaldo de Melo - Oficial
José Carlos de Melo - Substituto



- VI. Acatar pedido de demissão voluntária de associados.
- VII. Criar departamentos patrimoniais, culturais, sociais, de saúde e outros que julgar necessários ao cumprimento das finalidades sociais, nomeando e destituindo os respectivos responsáveis.
- VIII. Apresentar as prestações de contas, balanço geral, relatórios e documentos afins da Associação, elaborados no final do exercício anual, encaminhando-os ao Conselho Fiscal para apreciação e elaboração de parecer, encaminhando posteriormente à Assembléia Geral para deliberação
- IX. Estabelecer o sistema de contribuição, financeira ou não, dos associados;
- X. Decidir sobre as admissões e transferência de associados de uma categoria para outra, bem como possível eliminação de membros do seu quadro social;
- XI. Convocar o Conselho Fiscal para reuniões Extraordinárias, conforme a necessidade;
- XII. Propor reformas no estatuto, para aprovação prévia do Conselho Fiscal e deliberação final da Assembleia Geral
- XIII. Criar e extinguir cargos remunerados, bem como admitir e demitir pessoal.
- XIV. Elaborar, aprovar e fazer cumprir o regimento interno, que disciplinará sobre compras e contratações, bem como sobre os vários setores de atividades da Associação.
- XV. Indicar os membros para compor o Conselho Consultivo e submetê-los à aprovação da Assembléia Geral.
- XVI. Dar publicidade, por qualquer meio eficaz, bem como disponibilizar ao exame de qualquer cidadão, anualmente e ao final de cada exercício social, as Certidões Negativas de Débitos com a Previdência Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, bem como o Relatório de Atividades, Demonstrações Financeiras e Demonstrações Contábeis da associação, que serão elaboradas em observância aos princípios fundamentais da Contabilidade de das Normas Brasileiras de Contabilidade, submetidas ao prévio Parecer do Conselho Fiscal e devidamente aprovadas pela Assembléia Geral.

Parágrafo único - As decisões da diretoria deverão ser tomadas por maioria de votos, devendo estar presentes, na reunião, a maioria absoluta de seus membros, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

ARTIGO 15 - COMPETE AO PRESIDENTE

- I. Representar a Associação ativa e passivamente, perante os órgãos públicos, judiciais e extrajudiciais, inclusive em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes e constituir procuradores e advogados para o fim que julgar necessário.
- II. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- III. Convocar e presidir as Assembléias Ordinárias e Extraordinárias;
- IV. Juntamente com o 1º. ou 2º. Tesoureiro, abrir e manter contas bancárias, assinar cheques, endossos e documentos bancários e contábeis; assinar quaisquer escrituras de compra, venda, doação de bens imóveis e quaisquer outros documentos que obriguem financeiramente a associação,

- V. Assinar conjuntamente todos os papéis e documentos pertinentes a convênios e acordos com outras entidades e com os poderes públicos;
- VI. Contratar funcionários ou auxiliares especializados, fixando seus vencimentos, podendo licenciá-los, suspendê-los ou demiti-los;

Parágrafo Único – Compete ao Vice – Presidente auxiliar o Presidente em todas as suas atribuições, substituí-lo em suas faltas e impedimentos e assumir o cargo de Presidente em caso de vacância.

ARTIGO 16 - COMPETE AO 1º SECRETÁRIO

- I. Redigir e manter, em dia, transcrição das atas das Assembléias Gerais e das reuniões da Diretoria Executiva, secretariando as Reuniões da Diretoria e Assembléias Gerais;
- II. Redigir e organizar os serviços de correspondência e arquivo da Associação;
- III. Manter e ter sob sua guarda o arquivo da Associação;
- IV. Dirigir e supervisionar todo o trabalho da Secretaria.

Parágrafo Único – Compete ao 2º Secretário auxiliar o 1º Secretário em todas as suas atribuições, substituí-lo em suas faltas e impedimentos e assumir o cargo de 1º Secretário em caso de vacância.

ARTIGO 17 - COMPETE AO 1º TESOUREIRO

- I. Manter, em estabelecimentos bancários, juntamente com o presidente, os valores da Associação, podendo aplicá-los, ouvida a Diretoria Executiva;
- II. Assinar, em conjunto com o Presidente, os cheques e demais documentos bancários e contábeis;
- III. Efetuar os pagamentos autorizados e recebimentos devidos à Associação;
- IV. Supervisionar o trabalho da tesouraria e da contabilidade;
- V. Apresentar ao Conselho Fiscal, os balancetes semestrais e o balanço anual;
- VII. Elaborar, anualmente, a relação dos bens da Associação, apresentando-a, quando solicitado, à Assembléia Geral.
- VIII. Juntamente com o Presidente, abrir e manter contas bancárias, assinar cheques, endossos e documentos bancários e contábeis; assinar quaisquer escrituras de compra, venda, doação de bens imóveis e quaisquer outros documentos que obriguem financeiramente a associação,
- IX. Organizar relatório contendo o balanço do exercício financeiro e os principais eventos do ano anterior, apresentando-o à Assembléia Geral Ordinária;
- X. Elaborar o orçamento anual;

Parágrafo Único – Compete ao 2º Tesoureiro auxiliar o 1º Tesoureiro em todas as suas atribuições, substituí-lo em suas faltas e impedimentos e assumir

REGISTRO CIVIL DE PESSOA
JURÍDICA - Amparo/SP
José Osvaldo de Melo - Oficial
José Carlos de Melo - Substituto

